



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

### VARA DO TRABALHO DE SÃO ROQUE - 0108

[ 1501 a 2000 processos ]

Aos 27 dias do mês de junho de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 04/2017, divulgado em 17/4/2017 no DEJT (Edição 2208/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 1013). Presentes o Juiz Titular, **MARCUS MENEZES BARBERINO MENDES**, e a Juíza Substituta Auxiliar Fixa, **DEBORAH BEATRIZ ORTOLAN INOCENCIO NAGY**. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

<b>Equipe de Correição:</b>	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
<b>Jurisdição Atendida:</b>	ALUMINIO, ARACARIGUAMA, MAIRINQUE, SAO ROQUE
<b>Lei de Criação:</b>	8.432/92
<b>Data de Instalação:</b>	30/09/1994
<b>Data de Instalação do PJE:</b>	07/05/2014
<b>Data da Última Correição:</b>	14/03/2016
<b>Acervo Físico/Acervo Total:</b>	23 %
<b>Acervo PJe/Acervo Total:</b>	77 %



### 1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
MARCUS MENEZES BARBERINO MENDES	10/03/2014

### Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
22/02/2016 a 22/03/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
15/06/2016 a 14/07/2016	FERIAS
15/08/2016 a 13/09/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
14/09/2016 a 14/09/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
18/11/2016 a 17/12/2016	FERIAS
23/01/2017 a 21/02/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
22/02/2017 a 23/03/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR



## 2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2016 a 19/06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ADRIANE DA SILVA MARTINS	24/10/2016 a 24/10/2016
ADRIANE DA SILVA MARTINS	26/10/2016 a 17/11/2016
ADRIANE DA SILVA MARTINS	07/01/2017 a 07/02/2017

**Afastamentos: Não houve**

NOME	PERÍODO
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	01/09/2016 a 05/09/2016
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	12/09/2016 a 18/09/2016
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	18/11/2016 a 17/12/2016
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	18/12/2016 a 19/12/2016
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	07/01/2017 a 22/01/2017
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	23/01/2017 a 12/03/2017
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	13/03/2017 a 23/03/2017

**Afastamentos:**

PERÍODO	MOTIVO
08/01/2017 a 08/01/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO

NOME	PERÍODO
CRISTIANE HELENA PONTES	17/10/2016 a 17/10/2016

**Afastamentos: Não houve**

NOME	PERÍODO
DEBORAH BEATRIZ ORTOLAN INOCENCIO NAGY	07/01/2016 a 19/12/2016
DEBORAH BEATRIZ ORTOLAN INOCENCIO NAGY	07/01/2017 a 20/06/2017

**Afastamentos:**

PERÍODO	MOTIVO
13/04/2016 a 12/05/2016	FERIAS
02/07/2016 a 16/07/2016	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
18/07/2016 a 16/08/2016	FERIAS
17/08/2016 a 14/09/2016	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
15/09/2016 a 17/11/2016	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
18/11/2016 a 17/12/2016	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
18/12/2016 a 19/12/2016	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE



**2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2016 a 19/06/2017]:**

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
------	---------

**Afastamentos:**

PERÍODO	MOTIVO
10/01/2017 a 08/02/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
09/02/2017 a 07/04/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE

NOME	PERÍODO
ERIKA FERRARI ZANELLA	04/07/2016 a 12/07/2016

**Afastamentos: Não houve**

NOME	PERÍODO
GUILHERME CAMURCA FILGUEIRA	17/08/2016 a 14/09/2016
GUILHERME CAMURCA FILGUEIRA	15/09/2016 a 18/09/2016

**Afastamentos: Não houve**

NOME	PERÍODO
GUSTAVO NAVES GUIMARAES	08/02/2017 a 16/04/2017

**Afastamentos:**

PERÍODO	MOTIVO
25/02/2017 a 25/02/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
27/02/2017 a 27/02/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
25/03/2017 a 25/03/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO



**2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2016 a 19/06/2017]:**

*(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)*

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
JOSE ANTONIO DOSUALDO	13/04/2016 a 13/04/2016

**Afastamentos: Não houve**

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
MICHELE DO AMARAL	27/06/2016 a 27/06/2016
MICHELE DO AMARAL	27/09/2016 a 27/09/2016

**Afastamentos: Não houve**

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
REBECA SABIONI STOPATTO	23/05/2017 a 24/05/2017

**Afastamentos: Não houve**

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
SANDRO MATUCCI	17/04/2017 a 24/04/2017

**Afastamentos: Não houve**

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA	14/03/2016 a 22/03/2016
VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA	23/03/2016 a 27/03/2016

**Afastamentos: Não houve**



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.1 - Lotação [31/05/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADRIANE APARECIDA TISEO BATISTA	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	04/07/1996
ANDRE LUIZ ASSENCIO DUTRA	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	01/06/2010
DAISY CRISTINA DA SILVA	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	22/04/2014
GUILHERME RANGEL ERCOLANI	TJA	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	16/05/2016
GUSTAVO HENRIQUE KARBACH	REQ	FC-01 EXECUTANTE	14/08/2013
JACQUES SIMOES DA SILVA	REQ	FC-04 CALCULISTA	14/08/2012
KELLEN CRISTINE PETRECHE	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	10/03/2014
LIA MARCIA DIAS FERNANDES RODRIGUES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	18/05/2004
MARCELO RIBEIRO LIMA	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	16/10/2006
NORBERTO DE OLIVEIRA	REQ	FC-02 ASSISTENTE	25/01/2016
PAULO VIEIRA NUNES	AJ-OJA	-	29/10/2014
SAULO DE TARSO LUIZ	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	02/06/2005
VIVIAN DE CASTRO SATIRO ARAGAO	AJ-OJA	-	17/12/2014
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>			<b>8</b>
<b>TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO</b>			<b>5</b>
<b>LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT</b>			<b>13-14 + 3 OJ</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.2 - Ausências, exceto férias [03/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
FALTA JUSTIFICADA COM VENCIMENTO	1
LICENÇA MÉDICA/RGPS	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	8
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	4
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.3 - Estagiários [31/05/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO CONVENIADO</b>	<b>INÍCIO DO ESTÁGIO</b>
ANDRIELLE FORTUNA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/07/2016
DANIELLE ARAUJO FERNANDES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.4 - Ações de capacitação [31/05/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

<b>JUIZES</b>	<b>HORAS</b>
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	30
DEBORAH BEATRIZ ORTOLAN INOCENCIO NAGY	40
MARCUS MENEZES BARBERINO MENDES	70

<b>SERVIDORES</b>	<b>HORAS</b>
ADRIANE APARECIDA TISEO BATISTA	12
ANDRE LUIZ ASSENCIO DUTRA	60
DAISY CRISTINA DA SILVA	15
JACQUES SIMOES DA SILVA	30
PAULO VIEIRA NUNES	360
VIVIAN DE CASTRO SATIRO ARAGAO	440



#### 4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
<b>CONHECIMENTO</b>	Aguardando primeira audiência	1.984	809	---
	Aguardando encerramento da instrução	1.095	702	---
	Aguardando prolação de sentença	108	133	---
	Aguardando cumprimento de acordo	150	286	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	4.710	3.054	---
	<b>Pendentes de finalização</b>		<b>4.952</b>	<b>3.107</b>
<b>LIQUIDAÇÃO</b>	Pendentes de homologação dos cálculos	406	444	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	580	330	---
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>695</b>	<b>627</b>	---
<b>EXECUÇÃO</b>	Pendente de extinção da execução	985	821	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	359	495	---
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>1.040</b>	<b>901</b>	---
<b>ARQUIVO</b>	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	14	34	---
<b>TOTAL</b>		<b>6.701</b>	<b>4.669</b>	---



**5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 05/2017]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>RESOLVIDOS</b>	<b>PENDENTES</b>
Embargos de declaração	384	301	131
Exceções de Incompetência	11	3	14
Antecipações de Tutela	491	469	41
Impugnações à Sentença de Liquidação	17	0	21
Embargos à Execução	66	43	81
Embargos à Arrematação	0	6	0
Embargos à Adjudicação	1	0	1
Exceções de Pré-Executividade	9	4	8
<b>TOTAIS</b>	<b>979</b>	<b>826</b>	<b>297</b>



**6 - RECURSOS [03/2016 a 05/2017]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>	<b>SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>
Recurso Ordinário	717	628	133
Recurso Adesivo	50	48	8
Agravo de petição	55	53	26
Agravo de Instrumento	9	3	4
<b>TOTAIS</b>	<b>831</b>	<b>732</b>	<b>171</b>



## 7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão)

### 7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	780	329	193	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.814	512	351	---
<b>Total / Média</b>	<b>2.594</b>	<b>457</b>	<b>316</b>	<b>---</b>

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	701	330	193	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.491	528	354	---
<b>Total / Média</b>	<b>2.192</b>	<b>464</b>	<b>317</b>	<b>---</b>

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	236	50	28	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	898	52	40	---
<b>Total / Média</b>	<b>1.134</b>	<b>52</b>	<b>38</b>	<b>---</b>

### 7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	46	659	223	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	222	743	251	---
<b>Total / Média</b>	<b>268</b>	<b>729</b>	<b>246</b>	<b>---</b>

\*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

### 7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	855	2.305	1.709	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	100	1.643	936	---
<b>Total / Média</b>	<b>955</b>	<b>2.236</b>	<b>1.626</b>	<b>---</b>

\*Do início até a extinção da execução

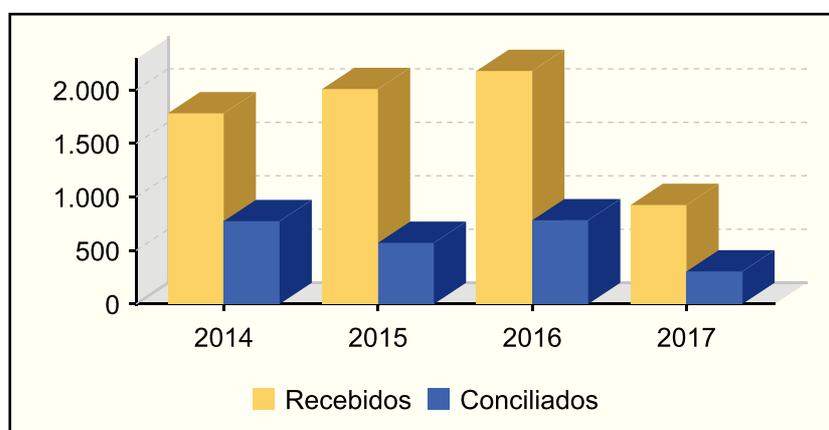


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

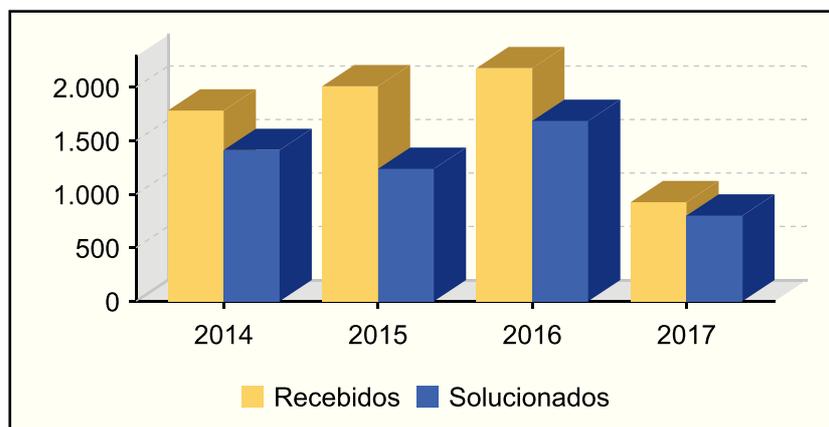
### 8.1 - Índice de conciliações [até 05/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	1.783	775	43,47
2015	2.010	572	28,46
2016	2.179	783	35,93
2017	926	305	32,94



### 8.2 - Índice de soluções [até 05/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.783	1.414	79,30
2015	2.010	1.238	61,59
2016	2.179	1.686	77,37
2017	926	801	86,50



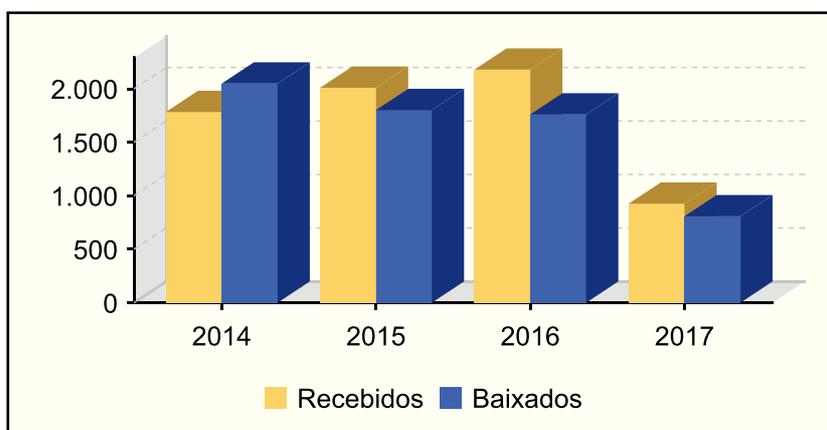


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

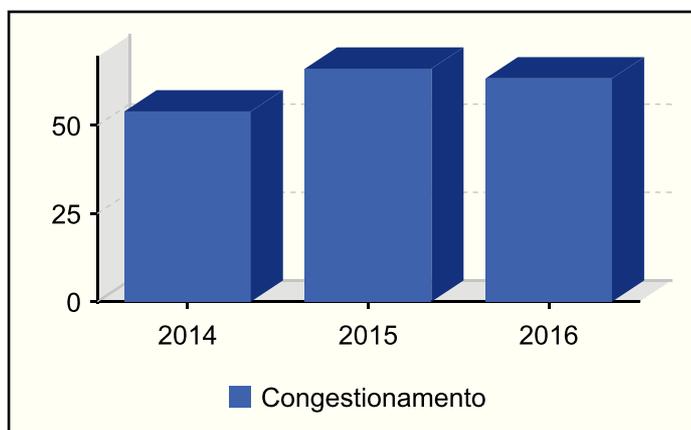
### 8.3 - Índice de baixas [até 05/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	1.783	2.049	114,92
2015	2.010	1.801	89,60
2016	2.179	1.760	80,77
2017	926	808	87,26



### 8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.289	1.783	1.414	53,97
2015	1.644	2.010	1.238	66,12
2016	2.420	2.179	1.686	63,34

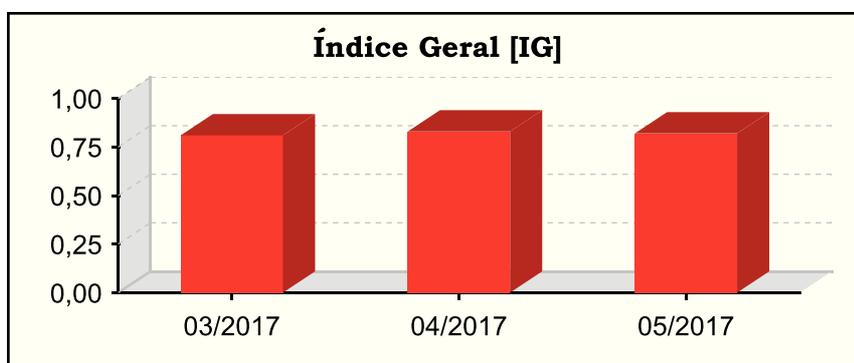
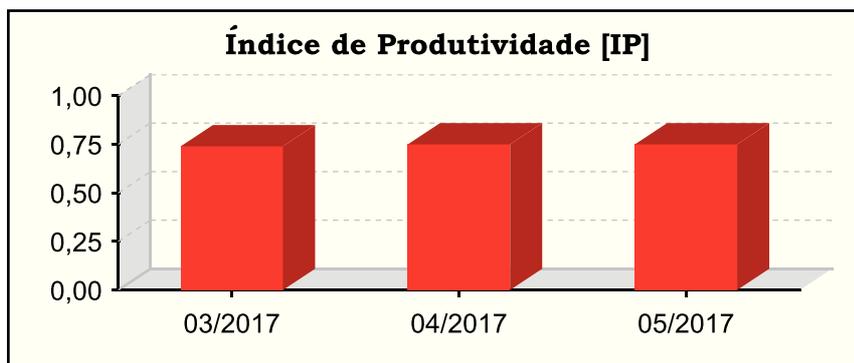
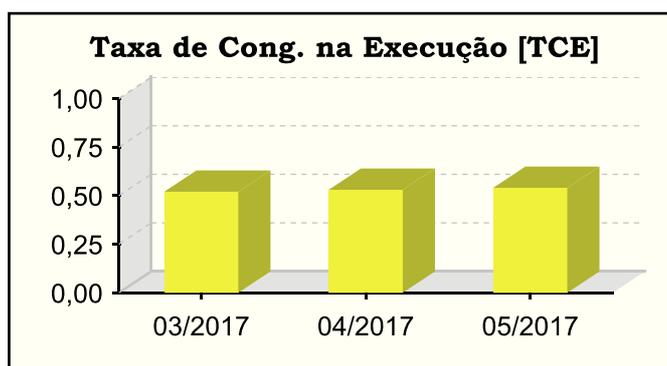
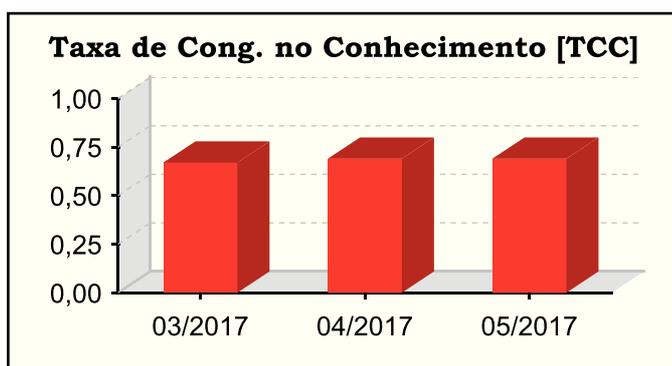




## 9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
03/2017	0,67	0,52	0,74	0,81
04/2017	0,69	0,53	0,75	0,83
05/2017	0,69	0,54	0,75	0,82





### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	813	67,8	40,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	831	69,3	41,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.644	137,0	82,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	210	17,5	10,5
Incidentes Processuais Resolvidos	672	56,0	33,7
Dias-Juiz	598	49,8	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.920	64,9	41,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	27.188	70,8	45,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	52.108	135,7	87,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.401	21,9	14,1
Incidentes Processuais Resolvidos	18.051	47,0	30,2
Dias-Juiz	17.933	46,7	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	130.571	71,1	45,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	146.901	80,0	51,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	277.472	151,1	97,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.128	27,3	17,6
Incidentes Processuais Resolvidos	104.740	57,0	36,7
Dias-Juiz	85.585	46,6	---

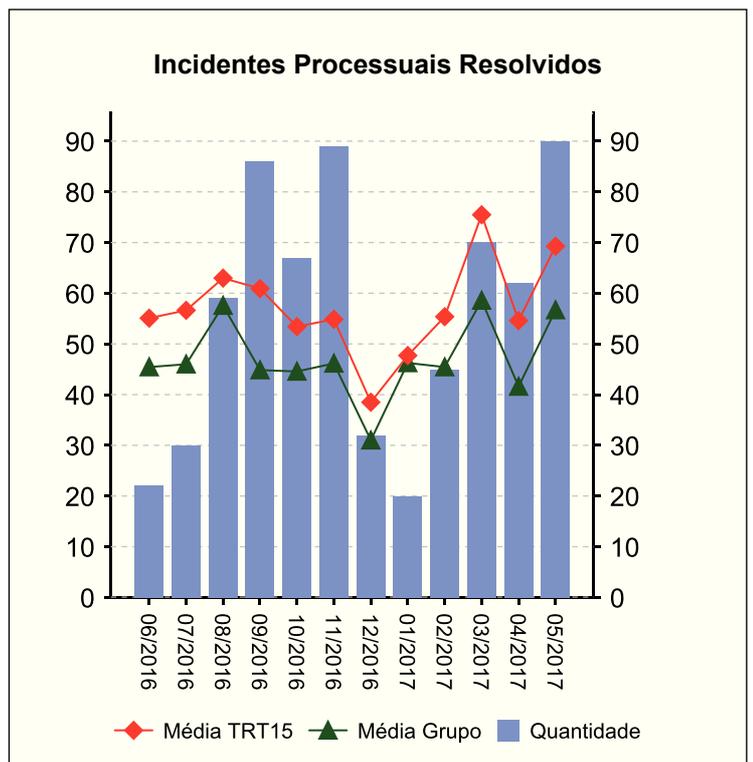
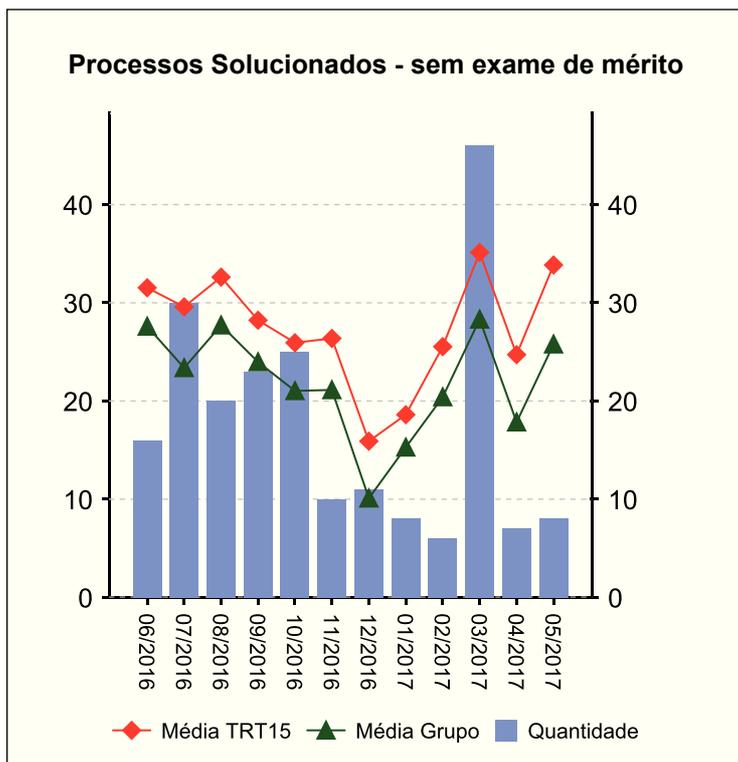
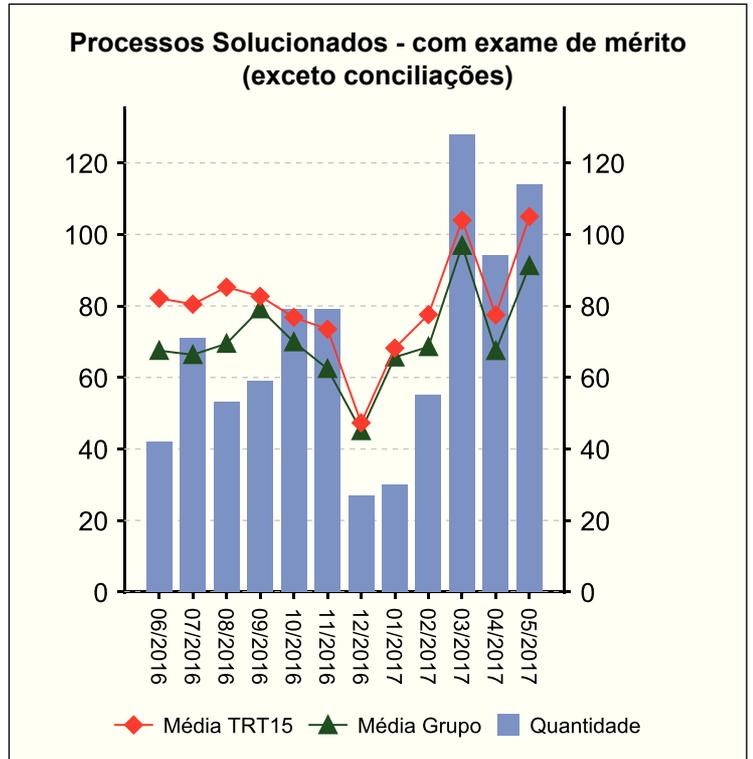
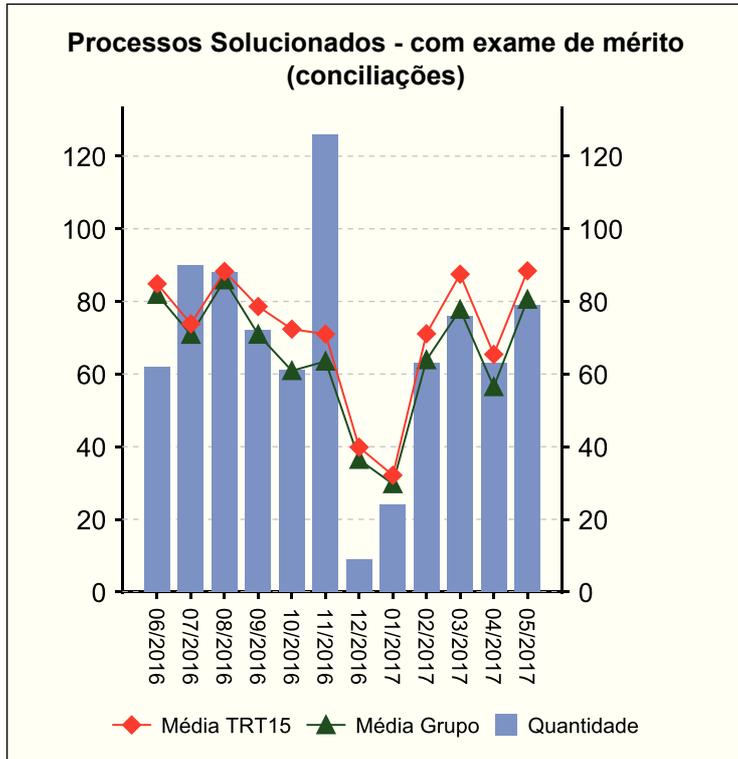
\*Aferição de Resultado Individual Aproximado



**10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2016 a 05/2017]:**

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

**Resumo - Processos**





## 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[06/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	283	23,6	14,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	822	68,5	41,2
Sessões de audiência realizadas - una	24	2,0	1,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	1.303	108,6	65,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	214	17,8	10,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	846	70,5	42,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	1.517	126,4	76,1
Dias-Juiz	598	49,8	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	22.691	65,2	38,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	18.215	47,4	30,5
Sessões de audiência realizadas - una	25.614	66,7	42,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	7.531	19,6	12,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	6.170	16,1	10,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	43.829	114,1	73,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	13.701	35,7	22,9
Dias-Juiz	17.933	46,7	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	117.277	68,8	41,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	94.194	51,3	33,0
Sessões de audiência realizadas - una	153.027	84,5	53,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	35.406	19,3	12,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	34.124	18,6	12,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	247.221	134,7	86,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	69.530	37,9	24,4
Dias-Juiz	85.585	46,6	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

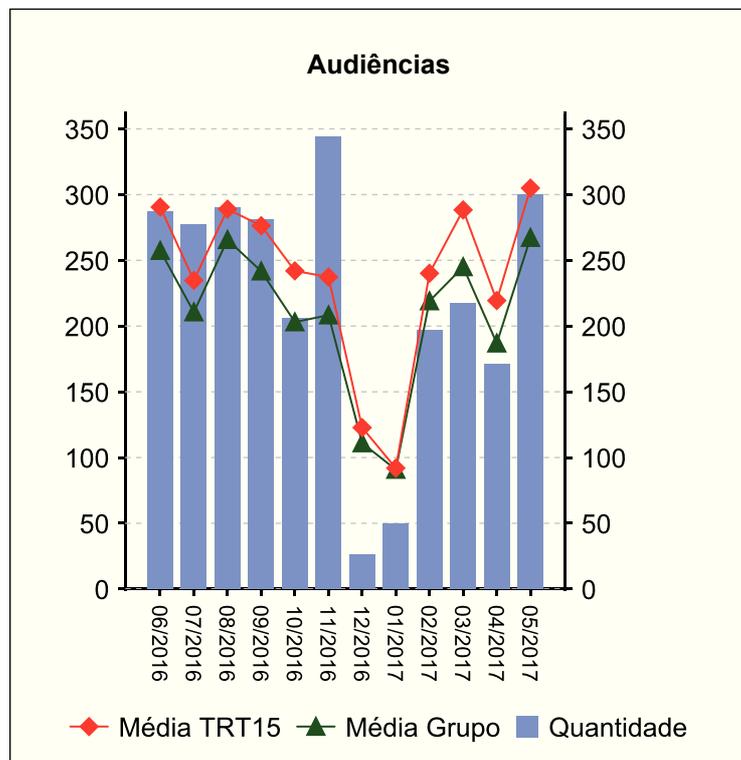


## 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

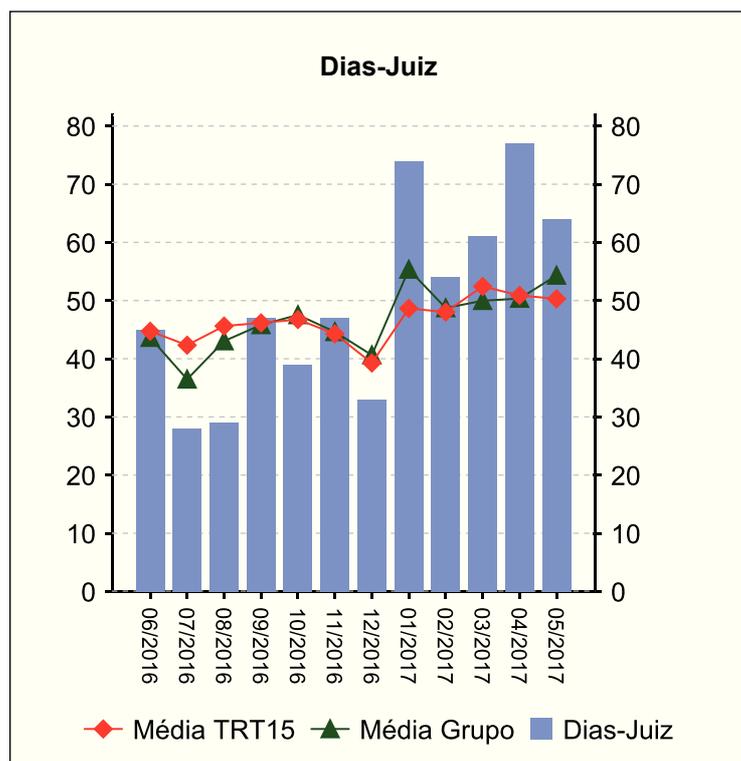
[06/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

### Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
06/2016	130	38	34	80	5	287
07/2016	142	3	84	46	2	277
08/2016	160	2	65	61	2	290
09/2016	105	55	16	104	1	281
10/2016	107	4	1	92	2	206
11/2016	226	4	40	73	1	344
12/2016	1	0	20	5	0	26
01/2017	3	1	2	43	1	50
02/2017	101	0	9	83	4	197
03/2017	122	0	11	82	2	217
04/2017	101	0	1	67	2	171
05/2017	105	107	0	86	2	300
<b>Total</b>	<b>1303</b>	<b>214</b>	<b>283</b>	<b>822</b>	<b>24</b>	<b>2646</b>



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
06/2016	45
07/2016	28
08/2016	29
09/2016	47
10/2016	39
11/2016	47
12/2016	33
01/2017	74
02/2017	54
03/2017	61
04/2017	77
05/2017	64
<b>Média Mensal</b>	<b>49,8</b>



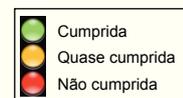
**11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:**

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

**Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos**

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

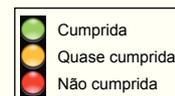
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
2179	1686	493	182	140	77 %



**Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos**

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

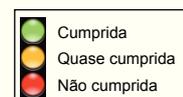
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1783	1605	1524	81	140	42	30 %	95 %



**Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução**

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
309	987	0	26	82	100 %





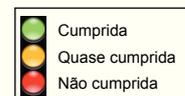
### 11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

#### Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

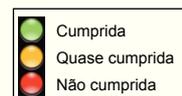
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
5	5	0	0	100 %



#### Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
238	420	233	20 %





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



**12 - ARRECADAÇÃO [03/2016 a 05/2017]:**

*(fonte: e-Gestão)*

<b>CUSTAS</b>	<b>IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>EMOLUMENTOS</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>
R\$ 195.498,45	R\$ 36.846,51	R\$ 5,53	R\$ 417.789,50



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



**13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 05/2017]:**

*(fonte: e-Gestão)*

<b>ANO</b>	<b>PROCESSOS</b>
2009	1
2010	1
2011	5
2012	24
2013	104
2014	178
2015	524
2016	1482
2017	868



#### 14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

<b>Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)</b>	<b>Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)</b>	<b>Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))</b>	<b>Lotação atual (exceto OJA)</b>	<b>Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)</b>
<b>1.991</b>	<b>1.501 a 2.000</b>	<b>13 - 14</b>	<b>11</b>	<b>13*</b>

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

\*A referida Portaria considerou a média de processos recebidos para a Vara de São Roque, entre os anos de 2013 a 2015, acima de 2.000 feitos, enquadrando-a no grupo de unidades que recebe de 2.501 a 3000 novas lides anualmente, atribuindo assim o ideal de 13 servidores. Contudo, considerando a média trienal atualizada da unidade, grupo de 1.501 a 2.000, o ideal nos parâmetros da 15ª Região seria de 12 servidores.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está com menos 1 (um) servidor, assim, abaixo dos parâmetros previstos nos normativos.

#### 15 – ACERVO DA UNIDADE:

##### 15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

*(fonte: consulta realizada na Corregedoria)*

	<b>PJe*</b>		<b>SAP*</b>
Data de corte:	18/05/2017	Data de corte:	18/05/2017
Saldo:	2.477	Saldo:	1.277
Data do mais antigo	14/06/2016	Data do mais antigo	01/08/2016
		<b>Total:</b>	<b>3.754</b>

\*Consulta realizada no dia 20/06/2017, entre 13h/14h.

\*\*Consulta realizada no dia 21/06/2017, às 17h07.



## 15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, o qual demonstrou que a Vara do Trabalho de São Roque tem índice geral 0,82.

Além disso, como indicado no item anterior, foi constatada a existência de saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias.

Considerando-se a possibilidade de flexibilização da data de corte de acordo com a força de trabalho disponível na Unidade (de 79% do ideal), ainda assim, haveria passivo na Unidade, considerando-se haver processos sem tramitar desde 14/06/2016 (data mais antiga). Assim, para a melhor gestão desses processos sem tramitação, a necessidade de elaboração de plano de ação é registrada.

### 15.3- MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 20/06/2017)

**A)** Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

*Não há.*

**B)** Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
PAULO VIEIRA NUNES	33	26/08/2016
VIVIAN SATIRO DE CASTRO ARAGÃO	08	08/05/2017
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	-

**C)** Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
PAULO VIEIRA NUNES	51	03/02/2017
VIVIAN SATIRO DE CASTRO ARAGÃO	24	09/05/2017
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>	-



## **16 - ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):**

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

**16.1** - pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0012154-53.2015.5.15.0108, 0012154-53.2015.5.15.0108, e 0011316-47.2014.5.15.0108;

**16.2** - faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 25/06/2017, verificou-se a existência de 683 protocolos nos últimos 12 meses, com 149 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 948-18.2010.5.15.0108, 840-52.2011. 5.15.0108, e 11027-37.2015. 5.15.0108);

**16.3** - ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 2629-18.2013.5.15.0108, 2609-27.2013.5.15.0108, 650-84.2014.5.15.0108;

**16.4** - não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora;

**16.5** - há audiências designadas em 05 dias da semana, segundo consulta ao PJ-e no período de 20/06/2017 a 30/03/2018;

**16.6** - inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução - foram realizadas 214 no período de 06/2016 a 05/2017;

**16.7** - não exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA - Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de



conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

## **17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:**

A Unidade apresenta índice de 1,00 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de São Roque apresenta o maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 49,8 dias-juiz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (46,7).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (40,8) inferior à média de referido grupo. Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês foi de 41,7, enquanto a média do grupo foi de 45,5.

A comparação com os resultados obtidos na última correição demonstra significativa elevação do prazo médio do ajuizamento da ação até a sentença (de 284 para 464 dias).

Além disso, salvo as metas 2, 5 e 6 do CNJ, não foram cumpridas as metas 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) e 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento) e registraram índice de cumprimento de 77% e 20%, respectivamente (item 11). Mesmo cenário registrado na ata de 2016, quando as referidas metas alcançaram índice de cumprimento de 62% e 78%, respectivamente.

No mais, também se verifica pelos índices apresentados na tabela 8.2 (Índice de soluções) que deixaram de ser solucionados:

- 369 processos em 2014;



- 772 processos em 2015 e;
- 493 processos em 2016.

Ou seja, ao final de um triênio, o resíduo soma 1.634 processos que representa 82% da média trienal de processos recebidos. Nesse aspecto, determina-se que sejam adotadas providências para solucionar uma quantidade maior de processos visando a redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença e, conseqüentemente, a redução da taxa de congestionamento no conhecimento, que em maio/2017 encontrava-se em 0,69.

## 18 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJe realizada em 20/06/2017, às 17h30, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

<b>TIPO</b>	<b>DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ</b>	<b>QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO</b>	<b>PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)</b>
<b>INICIAIS</b>	20/09/2017	-	91
<b>UNAS</b>	01/02/2018	-	225
<b>INSTRUÇÕES</b>	06/03/2018	68	258
<b>CONCILIAÇÃO</b>	-	-	
<b>MEDIAÇÃO</b>	21/09/2017	135	92

Foi informado pela Unidade que processos cuja instrução dependa de prova pericial não são incluídos em pauta, ocorrendo a primeira audiência depois da realização da perícia.

### 18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS

(fonte: Vara do Trabalho)

A Unidade relatou realizar pauta de audiência de mediação apenas em uma semana por mês, sendo realizadas em média 25 audiências ao dia, de segunda a quinta-feira. Nesta ocasião, o Magistrado permanece na Unidade para acompanhamento.



### 18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde			8			8
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde			8			8

### 18.1.2 – JUIZ AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde			8			8
quarta	manhã						
	tarde			8			8
quinta	manhã						
	tarde			8			8
sexta	manhã						
	tarde						

### 18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO

A gestora informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que todos os processos autuados são analisados pelos assistentes de juiz, que preparam pauta para 100 audiências por mês, sendo que se excluem da mediação os processos que envolvam Órgãos Públicos ou nos quais a reclamada sabidamente não costuma efetuar acordos.

Destacou, ainda, que as mediações são realizadas pelos assistentes de juiz, com o acompanhamento do Magistrado. Contudo, noticiou não haver na unidade servidores capacitados como mediadores pela Escola Judicial ou outros órgãos.



### 18.3 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 31/05/2017, tem produtividade de audiências unas e de instrução (42,4 – RARIA) sensivelmente abaixo da média mensal do grupo (73,3 - RARIA), bem como com a média do TRT (86,7), de acordo com os atuais critérios adotados.

Verificou-se que do total de 2.646 audiências, 1.303 foram de conciliação no conhecimento, sendo que incluem as de mediação realizada pelos assistentes de Juiz, 283 do tipo inicial, 822 de instrução, 214 de conciliações na execução e 24 unas. Além disso, deve-se considerar que há audiências de conciliação agendadas até 21/09/2017, que é a prática padrão da unidade para primeira audiência, e de instrução até 06/03/2018, e o fato de haver 68 processos aguardando o agendamento de audiências de instrução, bem como cerca de cento e trinta e cinco (135) para inclusão em pauta de audiências de mediação, e não ter sido atingida a Meta 5 da JT para reduzir em 2% o prazo médio de duração do processo.

Com base nesses dados, conclui-se que ao distribuir uma ação para a Vara do Trabalho de São Roque, é necessária a espera de cerca de três meses para a realização da primeira audiência, considerando que a pauta tem agendamentos para a partir de 21/09/2017. Para prosseguimento por meio da audiência de instrução, seria necessário que se aguardasse mais oito meses. Salvo melhor juízo, talvez seja esse o motivo de o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença estar acima da média: enquanto o grupo tem prazo médio de 317 dias para prolatar a sentença, a Vara leva, em média, 464 dias.

Recomenda-se que o Juízo analise a viabilidade de implementar as boas práticas abaixo descritas, já utilizadas em outras unidades deste tribunal com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

Quanto às boas práticas, além das medidas já divulgadas, destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. E a “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, implementada pela Vara do Trabalho de Itapira, para a qual a ré



deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.

Determina-se que o Juízo incremente a pauta de audiências de instrução, anexando ao PP nº 3904/2016-PROAD, no prazo de 15 (quinze) dias, informações a respeito das providências adotadas.

## **19 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15**

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016 e também às hastas designadas para 2017.

## **20 – RECOMENDAÇÕES:**

**20.1** – considerando a divisão dos servidores em equipes prevista no inciso IX do art. 2º da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 para melhor gestão da Unidade, recomenda-se que essa divisão de equipes seja proporcional ao acervo de cada fase;

**20.2** – reitera-se que se utilize a Tabela Dinâmica do SAP1G, se houver processos físicos, como instrumento de gestão dos feitos sem tramitação;

**20.3** – reitera-se que se utilize a *wiki* disponibilizada pela Corregedoria no *moodle* para solução de dúvidas procedimentais;

**20.4** – certificar no processo eletrônico a suspensão da tramitação do feito, em razão de problemas técnicos (abertura de chamado), para conferir publicidade e transparência;

**20.5** – ordenar a pronta liberação de valores, após a liquidação de sentença em que se apurar créditos superiores ao depósito recursal, pela celeridade e efetividade processual;

**20.6** – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação,



confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

## **21 – DETERMINAÇÕES:**

**21.1** – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para [pfing.regressivas@agu.gov.br](mailto:pfing.regressivas@agu.gov.br) e [regressivas@tst.jus.br](mailto:regressivas@tst.jus.br), nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br)), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

**21.2** – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

**21.3** – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

**21.4** – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

**21.5** – escolher e indicar os demais membros do trio gerencial, conforme Portaria GP-CR Nº 25/2013, no prazo de 5 (cinco) dias;

**21.6** – desenvolver competência do trio gerencial para utilizar os relatórios do e-Gestão, os quais estão disponibilizados pela CGJT no endereço eletrônico “<http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>”, com o nome de usuário “[consulta@trt15.jus.br](mailto:consulta@trt15.jus.br)”, para consulta dos relatórios Resumo, Espelho e Gerencial”;

**21.7** – priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, para início célere da execução, bloqueio de valores, e migração para o PJe;

**21.8** – incluir na divisão das equipes o servidor Gustavo Henrique Karbach, no prazo de 05 dias, conforme estabelece a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, uma vez que não foi relacionado no formulário respondido e enviado pela vara;

**21.9** – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de



procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos;

**21.10** – observar os normativos: Comunicados GP-CR nº 07/2014 e 52/2014 (execução de contribuições previdenciárias); e Comunicado CR nº 07/2016 (envio de valores atualizados dos créditos trabalhistas dos Devedores Insolventes às Coordenadorias;

**21.11** –intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

**21.12** – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013 e 03/2014, que tratam da padronização dos setores destinos das ocorrências do SAP1G e a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

**21.13** – velar diariamente para que em caso de bloqueio efetivado via BACENJUD haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio;

**21.14** – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

**21.15** – utilizar as ferramentas SERASA, CCS, CENIB, SIMBA, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

**21.16** – atentar-se que, caso o Oficial de Justiça Avaliador utilize-se de informações colhidas na investigação anterior, do mesmo ou de outro oficial, e disponíveis no sistema informatizado, no cumprimento do inciso XIV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, se faz necessária a inclusão dos dados do novo processo no sistema com nova indicação de execução frustrada, por meio de nova certidão, a fim de contabilizar as informações do Regional;

**21.17** – adotar providências para cumprimento das diligências com prazo vencido descritas no item 15.3 – letra “b”;

**21.18** – após a elaboração do plano de ação, deverá a gestora apresentar, mediante envio de Pedido Complementar no PP da Unidade (PROAD), o Processômetro inicial da Unidade, modelo disponível na Extranet, no menu “Jurídico – Orientações da Corregedoria – Processômetro”. Registra-se a necessidade de a cada 60 dias, a contar da publicação da presente ata, anexar o Processômetro atualizado no PROAD correspondente para acompanhamento do passivo da unidade.



## 22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORD.	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	12301-79.2015.5.15.0108	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando audiência”, desde 09/08/2016, sem audiência designada.	Verifica-se que o feito não teve nova audiência designada e permanece na tarefa principal. Determina-se a análise e prosseguimento do feito. Há outros 53 processos em situação semelhante. Assim, registra-se a necessária intensificação de gestão dos processos para que permaneçam nesta tarefa apenas processos que tenham audiência futura designada.
2	11392-71.2014.5.15.0108	Processo eletrônico na tarefa “aguardando laudo pericial”, na tarefa principal, com laudo apresentado em 16/03/2017.	Verifica-se que não há gestão dos prazos dados aos peritos, uma vez que os processos permanecem na tarefa principal. Determina-se a análise e prosseguimento do feito. Assim, registra-se a necessária intensificação de gestão dos processos para que permaneçam nesta tarefa apenas processos que tenham audiência futura designada. Há outros processos em situação semelhante.
3	2646-54.2013.5.15.0108	Processo na variável 61 do e-Gestão “Processos aguardando o encerramento da Instrução”, com ocorrência “CGJ – em carga com juiz” desde 10/04/2017, mas sem lançamento de conclusão (“PAN”)	Determina-se a regularização dos movimentos processuais.
4	1021-82.2013.5.15.0108	Processo na variável 61 do e-Gestão “Processos aguardando o encerramento da Instrução”, com lançamento de movimentos incompatíveis com a fase de conhecimento.	Determina-se a verificação do processo e registro correto da solução, a fim de dar maior transparência ao feito, especialmente considerando que o mesmo integra o rol dos pendentes na Meta 2 do CNJ.
5	996-06.2012.5.15.0108	Processo na ocorrência LNS, desde 03/10/2016, com acordo homologado.	Determina-se a correto lançamento da solução do feito para deliberação quanto ao prosseguimento, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular1/2016-CR.
6	0010076-86.2015.5.15.0108	Processo eletrônico na tarefa “aguardando término dos prazos”, vencido o prazo em 01/09/2016, mas não se encerrará automaticamente, pois na aba “expedientes” há prazo zerado.	Determina-se a tramitação do feito e observância da necessidade de registrar adequadamente os prazos processuais para controle do sistema. Em consulta ao item “expedientes”.
7	0002686-36.2013.5.15.0108	Processo eletrônico na tarefa “concluso ao magistrado – LIQ”, com cálculos apresentados em 27/10/2016, sem apreciação.	A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo imediatamente, vinculando o magistrado responsável pela análise.
8	18200-73.2006.5.15.0108	Processo pendente na variável 353 do e-Gestão (pendentes de finalização na	Determina-se a verificação e a regularização dos lançamentos, para que haja transparência no andamento processual e adequada contagem de



		fase de execução) com ocorrência “CPP – Carta precatória recebida”, mas o último despacho determina a devolução da carta.	prazos médios em cada fase.
9	21800-97.2009.5.15.0108	Processo pendente na variável do e-Gestão (embargos de declaração), com decisão proferida por despacho em 06/06/2017.	Verifica-se que não houve o correto lançamento do movimento. Determina-se saneamento do feito, bem como dos demais que se encontrarem em situação semelhante.
10	321-14.2010.5.15.0108	Processo pendente na variável 150 do e-Gestão (embargos à execução pendentes).	Verifica-se que, embora tenha sido analisada em 28/04/2015, não houve lançamento de movimento adequado para baixa do incidente. Determina-se o saneamento do feito, com adequado lançamento de solução para o incidente.
11	87500-54.2008.5.15.0108	Processo na ocorrência “DCA – Devolução de Carga” desde 02/08/2016.	Verifica-se que ao retornar para a Secretaria o feito não recebeu os lançamentos que confirmam transparência à real situação em que se encontra, e conseqüentemente, essa identificação não será possível ao público que realizar consulta ao andamento processual.
13	920-16.2011.5.15.0108	Processo na ocorrência “DES-despacho” desde	Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determina-se o prosseguimento do feito.

## 23 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores agrupados de acordo com a fase processual em que atuam para orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

### a) Fase de Conhecimento e Liquidação

A pauta é manual e a triagem inicial é realizada pelos assistentes de juízes. Nada obstante a informação de que não há servidor em regime de teletrabalho, constata-se que o assistente da juíza auxiliar assim atua e realiza a triagem à distância.

No tocante ao regime de teletrabalho, determina-se a observância dos artigos 5º a 15, da Resolução 151/2015, CSJT, em especial: prioridade para PNE; máximo de 30% dos servidores; mantido pleno funcionamento do atendimento ao público; mormente, incremento da produtividade aferido em ao menos 15%; prévio acordo quanto às atividades e seu registro expresso no formulário de planejamento e acompanhamento; o servidor ainda está em estágio probatório; o servidor tem subordinados; o servidor sofreu penalidades disciplinares (art.127, L.8112/90) nos últimos 2 anos; há registro dos trabalhos desenvolvidos, quantitativo de tarefas e período máximo para conclusão.



As audiências de mediação, uma semana por mês (cerca de 25 audiências ao dia, de segunda a quinta-feira), são realizadas pelo assistente do juiz titular da Unidade.

A Unidade não realiza audiências iniciais ou unas e restringe-se à realização de audiência de mediação e de instrução. Processos com perícia são incluídos em pauta de mediação, salvo quando se trata de empresas que reconhecidamente não fazem acordo. A designação de audiência de mediação prevê multa cominatória pela ausência das partes, na forma dos artigos 77 e 334, §8º do CPC, o que reduziu a incidência de não comparecimento. Após realizada a audiência de instrução é que se determina, em havendo necessidade, a produção de prova técnica.

Quanto à perícia, a Unidade adota o controle de perícias parcialmente e não detém a agenda do perito, apenas, faz a sua nomeação, a quem cabe comunicar a data, horário e local da perícia às partes; honorários prévios são facultativos, não depositados na conta bancária do perito e, ademais, liberados após a apresentação do laudo, descaracterizando a natureza do depósito. Nesse sentido, a Corregedoria, orienta e insiste na adoção plena da prática, a qual se completa com o acompanhamento dos peritos de suas nomeações e demais decorrências, uma vez que tem amplo acesso à designação, bastando a consulta em painel próprio, conforme consta do Manual do Perito no sítio do CSJT ([https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Manual\\_Perito](https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Manual_Perito)).

Notificação inicial por oficial de justiça é usual, segundo a Unidade, porque, além da precária prestação de serviços do Correio, a jurisdição atendida – Alumínio, Araçariguama, Mairinque e São Roque - abrange muita área rural. A Unidade adota a notificação eletrônica para as empresas que são demandadas comumente, inclusive, adotam o procedimento de incitar a ré a apresentar o endereço eletrônico para fins de notificação em mesa.

No prazo em que se aguarda o cumprimento do acordo, em caso de parcelamento, a Unidade aponta que tem ocorrido depósitos de valores não atualizados, o que traz discussão nos autos.

A Unidade relata que os mandados de segurança que foram impetrados pela falta de designação de audiência não foram concedidos, em razão de a possibilidade de acordo ser aventada a qualquer tempo e por qualquer das partes.

Feita a minuta da sentença e, concomitantemente, a liquidação, há encaminhamento para o perito contábil, cuja apreciação do perito tem ocorrido no prazo de cerca de um mês e um mês e meio. O recurso ordinário interposto deve trazer, se for o caso, a impugnação aos cálculos, sob pena de preclusão.

Processos que baixados do Tribunal, sem reforma da sentença, tem a citação da



reclamada na pessoa do advogado.

#### **b) Fase de Execução**

A Equipe é alertada quanto às 149 pendências do BACENJUD, as quais esclarece já foram liberadas, salvo quanto a cerca de 10 processos que requerem uma apreciação mais acurada, antes de liberação.

Constata-se boa integração entre os oficiais de justiça e o Grupo Interno de Execução.

Informam que será realizada, em breve, reunião para atualizar a parametrização local.

Grande número de cumprimento de diligências por malote digital, sobretudo oriundos do TRT da 2ª Região, inclusive para penhora de bens livres e desembaraçados.

Quanto aos mandados pendentes (item 15.3) constata-se que se trata de diligência de bens imóveis rurais, portanto, de difícil localização, o que demandam várias pesquisas prévias.

#### **c) Diretora e Assistente**

Reunidos com a Diretora e seu Assistente, sugere a Corregedoria que:

- melhor aproveitamento das audiências de mediações, dando-lhes o efeito de audiências iniciais, como apontado no item 18.1.4 supra;
- a Diretora esclarece que há grande demanda de notificações, seja para dar ciência da designação de pauta de mediação ou notificação de determinação de prazos e de apresentação de defesa (por exemplo, a empresa CBA, Gerdal), de réplica, de nomeação de perícia e seus conseqüentários e após, análise para a designação de audiência de instrução, razão pela qual sugere-se a notificação eletrônica.
- depósito de honorário prévios na conta bancária do perito diretamente;
- realização de reunião com os peritos para ajuste dos prazos para apresentação de laudo sem atraso;
- gestão de 439 processos que aguardam designação de audiência;
- gestão de 110 processos na tarefa “aguardando laudo pericial” com laudos já apresentados;
- análise pela Secretaria do cumprimento integral das determinações para o perito;



- quanto às sentenças transitadas em julgado ilíquidas, a adoção da prática de designar pauta de mediação, notificando-se as partes, inclusive, com a determinação para a reclamada depositar o valor incontroverso.
- Anotação de CTPS. Reclamante entregar direto na sede é o procedimento mais comum, mas sofre variação a cada substituição de magistrado na Unidade, nesse sentido, a Corregedoria sugere que, nas sentenças, conste determinação para que o reclamante apresente a CTPS, diretamente, para a reclamada, que efetuará as anotações pertinentes após o trânsito em julgado.
- no cadastro do EXE15, atentar-se que para a eficácia de reserva de numerário, o processo piloto deve contemplar os valores e os exequentes dos demais feitos ao se reunir processos da mesma executada. Portanto, independentemente do procedimento a ser adotado (arquivamento, suspensão, etc), orienta-se que todos os valores sejam lançados no processo piloto, de maneira a dar transparência e possibilitar que a reserva de numerário seja exitosa quando da venda dos bens.
- constata-se que a Unidade tem passivo de 3.754 processos, sendo o mais antigo com data 13/06/2016 (SAP) e 14/06/2016 (Pje), ou seja, superior à metade da média trienal (1.991 processos) de processos. Em face disso, a Corregedoria sugere a aplicação da modelagem de gestão de processos: a separação do fluxo em três (03) fases; cada fase organizada em células, nas quais são mapeadas as tarefas pertinentes, com base nas contagens do e-Gestão e nos normativos da Corregedoria; utilização do método concentrado; e detecção dos fatos críticos de sucesso (identificação da melhor forma de realizar a tarefa). Feito isso e considerando que seu passivo é superior à metade de média trienal de processos recebidos, a Corregedoria determina que a Unidade anexe o processômetro a cada sessenta (60) dias a contar da publicação da presente ata, no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 3904/2016.

Nesta oportunidade, a Diretora solicita atendimento quanto ao problema de telefonia apresentado nas dependências da Unidade, o que já, embora verificado, não foi eficaz; insiste na apuração técnica para diagnosticar se o problema decorre da prestação de serviços de telefonia, de alguma deficiência da própria edificação, entre outros possíveis, o que deve ser reportado em intervenção do chamado correspondente na “Central de Chamados”.



## **24 – VISITAS E ATENDIMENTOS:**

Comparece o Dr. Marco Aurélio Nabas Ribeiro, OAB/SP 252.655 solicitando que seja examinado o proc. 0001449-69.2010.5.15.0108RT. Compulsando os autos, o Corregedor constatou que se trata de questão jurisdicional, cujo trâmite encontra-se regular, com interposição de agravo de petição em 30/05/2017, e, portanto, de competência não afeta à Corregedoria.

## **25 – OBSERVAÇÕES GERAIS:**

**25.1** – O MM. Juiz Titular reside na jurisdição. Por sua vez, a Juíza Substituta Auxiliar Fixa está autorizada a residir fora da sede da circunscrição (PA 0092200-34.2008.5.15.0897).

**25.2** – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença.

**25.3** – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

**25.4** – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Diretora, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 3904/2016.

## **26 – ENCERRAMENTO:**

No dia 27 de junho de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.